Uma democracia não se esgota no ato de votar. Mede-se pela capacidade de transformar a vontade dos cidadãos em respostas concretas para os problemas que lhes pesam no dia a dia.

Espanha vai às urnas a 29 de novembro de 2026, em eleições legislativas antecipadas. O contexto europeu é de instabilidade geopolítica, de polarização ideológica e de dificuldades crescentes no acesso à habitação. O Real Decreto 806/2026, de 5 de outubro, dissolveu o Congresso dos Deputados e o Senado eleitos em julho de 2023, convocou novas eleições e marcou a constituição das Cortes para 23 de dezembro (Jefatura del Estado, 2026). A origem desta decisão diz muito. A convocação seguiu-se ao chumbo parlamentar de dois decretos de emergência sobre habitação apresentados pelo Governo de Pedro Sánchez (Matthijs & Uzan, 2026). Um problema económico e social ganhou peso suficiente para interromper uma legislatura. É esta passagem, da crise da habitação à crise política, que aqui me interessa, e a pergunta que a orienta é esta: conseguirá a democracia espanhola transformar a pressão social em respostas duradouras, ou limitar-se-á a convertê-la em polarização? Apoio-me em fontes institucionais, de centros de investigação e jornalísticas publicadas em 2026.

Os números ajudam a perceber a força política do tema. Segundo Matthijs e Uzan (2026), quatro em cada dez agregados familiares arrendatários gastam mais de 40% do rendimento disponível em renda, e Castaño Tierno (2026) aponta para uma subida das rendas de 43% numa década. O Banco de España (2026) vê na inelasticidade da oferta a causa principal do problema. Em 2025 terão sido criados cerca de 240 mil novos agregados familiares, para apenas 92 mil habitações concluídas, aproximadamente. Do lado da procura, pesaram vários fatores: o aumento do emprego e dos rendimentos, a chegada de população estrangeira, a redução da dimensão média das famílias e a procura não residencial. As compras por não residentes representaram 7,4% do total entre 2021 e 2025. As dificuldades concentram-se nas grandes áreas urbanas e atingem sobretudo os jovens, os agregados de menores rendimentos e a população de origem estrangeira (Banco de España, 2026).

Por trás destes números há mais do que um aperto financeiro. A casa condiciona decisões tão básicas como formar família, mudar de emprego, continuar a estudar ou participar na vida da comunidade. Quando a renda absorve uma parte substancial do rendimento, sobra menos para a alimentação, a saúde, a formação e a poupança. A crise da habitação é, por isso, também uma crise de oportunidades, capaz de reproduzir desigualdades de uma geração para a outra e de travar a mobilidade social. Tem igualmente uma face de saúde

pública, porque não saber se se poderá continuar na mesma casa é terreno fértil para a ansiedade e o sofrimento psicológico.

Foi esta dimensão humana que transformou um problema económico numa crise política. Castaño Tierno (2026) relata como o despejo de uma inquilina de 87 anos em Madrid desencadeou uma vaga de protestos. Houve um acampamento na Puerta del Sol e, a 11 de novembro, uma greve geral convocada por sindicatos de inquilinos e de trabalhadores, num país com mais de 40 despejos por dia. O chumbo dos decretos no Congresso expôs, por seu lado, divergências profundas sobre o papel do Estado no mercado imobiliário. O mesmo autor descreve o Sumar alinhado com os sindicatos de inquilinos na exigência de limites legais e efetivos às rendas, e o PSOE relutante em regular o mercado (Castaño Tierno, 2026). Simplificando, o debate opõe quem dá prioridade à regulação dos preços a quem aposta no aumento da oferta e no investimento privado.

É um dilema clássico da economia e da gestão pública: como conciliar a eficiência dos mercados com a equidade social? Uma intervenção demasiado restritiva pode afastar o investimento e reduzir a oferta, mas a ausência de proteção deixa os mais vulneráveis à porta. As instituições económicas inclinam-se para o lado da oferta. O Banco de España (2026) associa as restrições à gestão urbanística, à disponibilidade de solo e à baixa produtividade da construção. O Fundo Monetário Internacional (FMI, 2026) recomenda acelerar o desenvolvimento urbano, simplificar o licenciamento e reduzir a incerteza jurídica. O problema democrático está todo aqui: construir mais casas leva anos, enquanto a pressão social é imediata e os ciclos eleitorais são curtos.

Ler estas eleições apenas pela lente da habitação seria, ainda assim, redutor. Matthijs e Uzan (2026) lembram que a imigração voltou ao centro do debate por dois motivos. Em janeiro de 2026, o Governo regularizou cerca de meio milhão de migrantes indocumentados. No final de julho, dezenas de milhares de pessoas entraram em Ceuta, o que o PP e o Vox atribuíram às políticas do Governo. Os mesmos autores referem as investigações por alegada corrupção que envolvem o PSOE e vários aliados de Sánchez, bem como o compromisso de Alberto Núñez Feijóo de “limpar” a política espanhola. A imigração mostra bem como os temas se cruzam. A população estrangeira aumenta a procura de habitação e é, ao mesmo tempo, um dos grupos mais afetados pela dificuldade em encontrar casa (Banco de España, 2026).

É neste ambiente que a polarização ganha peso. Divergir faz parte da democracia. O

problema surge quando a divergência bloqueia o diálogo e a cooperação, e quando os problemas estruturais cedem lugar às estratégias de mobilização eleitoral. As sondagens espelham esta fragmentação. PSOE e PP surgem ambos perto dos 30% das intenções de voto e o Vox em torno dos 18%. Por isso, o PP, embora consistentemente à frente, dificilmente alcançará maioria sozinho e poderá depender de uma coligação ou do apoio tácito do Vox (Matthijs & Uzan, 2026). São estimativas pré-eleitorais, com a incerteza que isto implica, e não resultados. Como a investidura do presidente do Governo depende do Congresso dos Deputados, a governabilidade dependerá menos de quem ganha do que da capacidade de negociar entre partidos. É exatamente esta capacidade que a habitação exige, já que o Banco de España (2026) defende políticas coordenadas entre as várias administrações para aumentar o parque habitacional.

As consequências do escrutínio ultrapassam a fronteira. Matthijs e Uzan (2026) consideram que uma vitória do PP deslocaria o centro político europeu para a direita e poderia influenciar os ciclos eleitorais em França e na Polónia, embora antecipem a continuidade do apoio espanhol à Ucrânia. Para Portugal, o interesse é duplo. Em primeiro lugar, a proximidade geográfica, a interdependência económica, a cooperação energética e os projetos transfronteiriços fazem da Península Ibérica um espaço de interesses partilhados. Este espaço inclui a cooperação entre a Madeira e as Canárias no turismo, na investigação científica e na economia azul. Em segundo lugar, o problema é comum: o Banco de España (2026) coloca Espanha e Portugal entre as economias em que a construção de habitação nova menos acompanhou o crescimento do número de agregados familiares. O que Espanha fizer, ou deixar de fazer, interessa por isso também ao debate português.

Voltando à pergunta de partida: à data de 27 de novembro de 2026, o resultado eleitoral é ainda desconhecido. A análise sugere, porém, que a resposta não depende apenas de quem vencer. Como conclui Castaño Tierno (2026), a crise da habitação será o primeiro desafio do próximo Governo, seja qual for a sua orientação ideológica. As eleições são um mecanismo essencial de renovação democrática, mas não resolvem nada por si só. Transformar a pressão social em resultados exigirá compromissos que durem para lá de um ciclo eleitoral e uma avaliação rigorosa da eficácia das políticas adotadas. Fica a ressalva de que este texto se apoia em fontes recentes e analisa um processo ainda em curso, pelo que as suas conclusões são provisórias.

O desafio da democracia europeia, em Madrid como noutras capitais, é mostrar três coisas:

que a liberdade política pode conviver com a justiça social, que o crescimento económico pode traduzir-se em melhores condições de vida e que a diversidade ideológica não impede projetos comuns. Uma democracia não se constrói apenas nas urnas. Constrói-se todos os dias, na possibilidade de viver com dignidade, de confiar nas instituições e de acreditar que a participação de cada um pode, de facto, mudar alguma coisa.

Referências Bibliográficas

Banco de España. (2026). Informe anual 2025. https://doi.org/10.53479/43565

Castaño Tierno, P. (2026, 25 de novembro). Does Spain's leftist government stand a chance? The Nation. https://www.thenation.com/article/world/pedro-sanchez-spain-elections-psoe-sumar/

Fundo Monetário Internacional. (2026). Spain: 2026 Article IV consultation—Press release; staff report; and statement by the executive director for Spain (IMF Country Report No. 26/102). https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2026/102/article-A001-en.xml

Jefatura del Estado. (2026). Real Decreto 806/2026, de 5 de octubre, de disolución del Congreso de los Diputados y del Senado y de convocatoria de elecciones. Boletín Oficial del Estado. https://www.boe.es/eli/es/rd/2026/10/05/806

Matthijs, M., & Uzan, R. (2026, 24 de novembro). Spain's election could spark Europe's next right-wing wave. Council on Foreign Relations. https://www.cfr.org/articles/spains-election-could-spark-europes-next-right-wing-wave